

CAAPSML

Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL

Ação 3.2.8 — Transparência | Pró-Gestão RPPS Nível III

Base de dados: 1.237 processos judiciais em andamento

Valor total estimado da causa: R\$ 62.033.643,19

Londrina/PR, julho de 2026

1. Apresentação

O presente relatório tem por objetivo apresentar a avaliação consolidada do passivo judicial da CAAPSMML – Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina, com base no levantamento atualizado dos processos judiciais em que a entidade figura como parte, em atendimento à ação 3.2.8 – Transparência, do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão Pública dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), Nível III, conforme diretrizes do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1/2026.

A ação 3.2.8 exige que o RPPS disponibilize, de forma transparente e periodicamente atualizada, informações consolidadas sobre o seu passivo judicial, de modo a subsidiar a gestão de riscos, o planejamento orçamentário-financeiro e a tomada de decisão pela Comissão Executiva e Conselho Administrativo, bem como o controle social pelos segurados e pela sociedade.

2. Objetivo

Constituem objetivos específicos deste relatório:

- Consolidar quantitativa e financeiramente o estoque de processos judiciais em andamento contra a CAAPSMML;
- Identificar a natureza das demandas mais representativas, por assunto e tipo de ação;
- Mapear a distribuição do passivo por órgão julgador (vara/juizado);
- Avaliar o grau de concentração de risco financeiro em processos de maior valor;
- Analisar o tempo de tramitação dos processos, como indicador de risco de acúmulo de passivo;
- Registrar as limitações e inconsistências identificadas na base de dados, para fins de aprimoramento contínuo do controle; e
- Subsidiar a Comissão Executiva com recomendações de gestão e mitigação de risco judicial.

3. Fundamentação Normativa

A elaboração deste relatório está fundamentada nos seguintes normativos e diretrizes:

- Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1/2026, ação 3.2.8 – Transparência, que trata da divulgação de informações sobre o passivo judicial do RPPS;
- Portaria nº 1.467/2022 MPS/Secretaria de Previdência aplicável à certificação institucional dos RPPS, quanto aos requisitos de governança, controles internos e gestão de riscos;
- Princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), no que se refere à evidenciação de passivos contingentes com potencial impacto financeiro-atuarial; e
- Diretrizes de governança corporativa adotadas pela CAAPSM, no âmbito do Relatório de Governança Corporativa e da política de gestão de riscos institucionais.

4. Metodologia e Fonte de Dados

A análise baseia-se na relação de processos judiciais fornecida pela Procuradoria-Geral do Município (planilha de controle processual), contendo os campos: número do processo, ano de ajuizamento, número unificado (CNJ), vara/juízo, tipo de ação, assunto, valor da causa, código de controle interno e situação processual.

A base analisada totaliza 1.237 registros de processos classificados como "em andamento", representando o estoque integral do passivo judicial ativo da entidade na data de referência deste relatório.

Os valores considerados correspondem ao valor da causa constante do controle processual, adotado como proxy para a exposição financeira potencial de cada demanda. Ressalva-se que o valor da causa nem sempre corresponde à condenação final ou ao valor efetivamente devido, podendo divergir — para mais ou para menos — do desfecho do processo, especialmente em ações de trato continuado, revisionais e coletivas, cujo valor pode ser meramente estimativo ou de alçada. Essa limitação é retomada na Seção 12 deste relatório.

Os processos foram segmentados sob quatro perspectivas complementares: (i) natureza da demanda (assunto); (ii) tipo de ação; (iii) órgão julgador; (iv) faixa de valor; e (v) tempo de tramitação (antiguidade), permitindo uma leitura multidimensional do risco judicial.

5. Panorama Geral do Passivo Judicial

O passivo judicial em andamento da CAAPSM totaliza 1.237 processos, com valor agregado da causa de R\$ 62.033.643,19. A média por processo é de R\$ 50.681,08, ao passo que a mediana — medida menos sensível a valores extremos — situa-se em R\$ 10.000,00, evidenciando que a distribuição de valores é fortemente assimétrica, concentrada por um número reduzido de processos de alto valor, conforme detalhado na Seção 10.

Indicador	Valor
Quantidade total de processos em andamento	1.237
Valor total estimado da causa	R\$ 62.033.643,19
Valor médio por processo	R\$ 50.681,08
Valor mediano por processo	R\$ 10.000,00

6. Distribuição por Natureza da Demanda (Assunto)

A tabela a seguir apresenta os doze assuntos de maior expressão financeira dentre as ações judiciais em andamento:

Assunto	Qtd.	Valor da Causa
OBRIGACAO DE PAGAR	3	R\$ 12.047.529,00
PENSAO POR MORTE	46	R\$ 6.357.797,00
APOSENTADORIA	177	R\$ 6.181.146,00
TETO DE REMUNERACAO	4	R\$ 3.488.627,00
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	113	R\$ 3.350.863,53
PLANO DE SAUDE	185	R\$ 2.936.986,58
DESCONTOS INDEVIDOS	39	R\$ 2.750.434,00
ADICIONAIS	36	R\$ 2.666.275,00
ABONO DE PERMANENCIA	97	R\$ 2.294.644,00
ADICIONAL POR RESPONSABILIDADE TECNICA	11	R\$ 1.977.261,00
REVISAO DE PROVENTOS CUMULADA COM COBRANCA	9	R\$ 1.829.523,00
APOSENTADORIA ESPECIAL	19	R\$ 1.446.175,00

Destaca-se que o assunto "Obrigação de Pagar", embora concentre apenas 3 processos, responde isoladamente por R\$ 12.047.529,00, o equivalente a aproximadamente 19,4% do passivo total, relacionado a cumprimentos de sentença e ação civil coletiva de alto valor (ver Seção 11). Em contrapartida, demandas de "Aposentadoria" e "Plano de Saúde" apresentam maior pulverização, concentrando o maior número de processos, porém com valores individuais tipicamente inferiores.

7. Distribuição por Tipo de Ação

A distribuição por tipo (rito) processual permite identificar o estágio e a natureza processual predominante do passivo:

Tipo de Ação	Qtd.	Valor da Causa
ORDINARIA	76	R\$ 11.111.135,36
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	4	R\$ 9.659.708,00
COBRANÇA	221	R\$ 8.775.072,53
PREVIDENCIARIO	70	R\$ 4.392.271,00
DECLARATORIA	100	R\$ 3.812.035,00
ACAO DE CONHECIMENTO	150	R\$ 2.940.326,00
ACAO CIVIL COLETIVA	1	R\$ 2.708.587,00
REVISAO DE PROVENTOS	15	R\$ 2.161.010,00
REPETIÇÃO DE INDEBITO	58	R\$ 1.723.222,79
ACAO PREVIDENCIARIA	39	R\$ 1.712.833,00

Chama atenção o valor expressivo classificado sob "Cumprimento de Sentença", modalidade em que a fase de conhecimento já foi encerrada e a execução do título judicial encontra-se em curso, indicando exigibilidade mais próxima e, portanto, maior grau de certeza quanto ao desembolso financeiro futuro, quando comparado às ações ainda em fase de conhecimento.

8. Distribuição por Órgão Julgador

A maior parte do estoque processual tramita perante varas e juizados especiais da Fazenda Pública de Londrina, em razão da competência para causas envolvendo entes da administração pública municipal indireta:

Vara/Juízo	Qtd.	Valor da Causa
1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PUBLICA - LONDRINA	903	R\$ 19.486.932,53
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - LONDRINA	106	R\$ 14.460.571,43
VARA DA FAZENDA PUBLICA DE LONDRINA	11	R\$ 12.781.790,00
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - LONDRINA	105	R\$ 9.201.747,00
10ª VARA CÍVEL	8	R\$ 1.876.393,47
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE LONDRINA	13	R\$ 1.182.842,00
2ª VARA CÍVEL	1	R\$ 678.620,00
8ª VARA CÍVEL	5	R\$ 353.499,00

Observa-se que o 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina concentra o maior número de processos, compatível com o rito mais célere e o menor valor médio por demanda típico dos juizados especiais, ao passo que a 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina e a "Vara da Fazenda Pública de Londrina" concentram valores agregados elevados, compatíveis com ações de rito ordinário e cumprimentos de sentença de maior complexidade e valor.

9. Distribuição por Faixa de Valor

A segmentação por faixa de valor evidencia o grau de assimetria do passivo judicial:

Faixa de Valor	Qtd.	Valor da Causa
Até R\$ 1 mil	115	R\$ 100.173,58
R\$ 1 mil a R\$ 5 mil	371	R\$ 1.249.264,68
R\$ 5 mil a R\$ 10 mil	136	R\$ 1.150.697,32
R\$ 10 mil a R\$ 50 mil	324	R\$ 8.613.326,59
R\$ 50 mil a R\$ 100 mil	150	R\$ 10.962.577,00
R\$ 100 mil a R\$ 500 mil	83	R\$ 15.836.553,02
Acima de R\$ 500 mil	15	R\$ 24.121.051,00

Faixa de Valor	Qtd.	Valor da Causa

Nota-se que processos de valor até R\$ 10 mil representam a maioria absoluta em quantidade, mas parcela reduzida do valor total, ao passo que os 15 processos classificados acima de R\$ 500 mil concentram parcela relevante do passivo agregado, reforçando a necessidade de acompanhamento individualizado e prioritário desse grupo específico de demandas.

10. Distribuição por Tempo de Tramitação (Antiguidade)

A antiguidade dos processos é um indicador relevante de risco, na medida em que demandas de longa duração tendem a acumular correção monetária, juros e honorários, além de sinalizarem eventual necessidade de revisão de estratégia processual:

Tempo de Tramitação	Qtd.	Valor da Causa
Até 2 anos	709	R\$ 30.850.167,53
De 2 a 5 anos	238	R\$ 17.956.292,00
De 5 a 10 anos	157	R\$ 8.002.126,00
De 10 a 20 anos	97	R\$ 4.744.027,58
Mais de 20 anos	21	R\$ 474.543,08

A maior concentração de processos e de valor está no estrato de até 2 anos, refletindo o volume expressivo de novas demandas ajuizadas em 2024 e 2025 (394 e 259 processos, respectivamente), o que recomenda atenção redobrada da Diretoria Jurídica quanto às causas originárias desse incremento recente de litigiosidade. Ainda assim, há 118 processos com mais de 10 anos de tramitação, totalizando aproximadamente R\$ 5,2 milhões, que merecem revisão específica quanto ao andamento processual e à razoabilidade da manutenção do valor da causa registrado.

11. Concentração de Risco — Maiores Processos

Os 10 processos de maior valor da causa somam R\$ 21.102.530,00, o equivalente a 34,0% do passivo judicial total, ao passo que os 20 maiores processos concentram 42,5% do valor agregado. Esse grau de concentração indica que o risco financeiro do passivo judicial da CAAPSMML depende, em grande medida, do desfecho de um

número reduzido de demandas de alto valor, as quais devem ser objeto de acompanhamento individualizado e prioritário pela Comissão Executiva.

Órgão Julgador / Tipo	Assunto	Valor da Causa
VARA DA FAZENDA PUBLICA DE LONDRINA — CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	OBRIGACAO DE PAGAR	R\$ 5.724.473,00
VARA DA FAZENDA PUBLICA DE LONDRINA — CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	OBRIGACAO DE PAGAR	R\$ 3.614.469,00
VARA DA FAZENDA PUBLICA DE LONDRINA — AÇÃO CIVIL COLETIVA	OBRIGACAO DE PAGAR	R\$ 2.708.587,00
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - LONDRINA — ORDINARIA	PENSAO POR MORTE	R\$ 2.330.200,00
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - LONDRINA — ORDINARIA	TETO DE REMUNERACAO	R\$ 1.954.038,00
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - LONDRINA — REVISAO DE PROVENTOS	ADICIONAL POR RESPONSABILIDADE TECNICA	R\$ 1.247.187,00
1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PUBLICA - LONDRINA — ORDINARIA	PENSAO POR MORTE	R\$ 990.000,00
10ª VARA CÍVEL — ORDINARIA	REVISAO DE PROVENTOS C/C PAGTO DE VERBAS	R\$ 947.205,00
10ª VARA CÍVEL — ORDINARIA	REVISAO DE PROVENTOS CUMULADA COM COBRANCA	R\$ 899.403,00
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - LONDRINA — ORDINARIA	TETO DE REMUNERACAO	R\$ 686.968,00

Recomenda-se que esses processos sejam objeto de nota técnica individualizada, contendo estimativa de probabilidade de perda (provável, possível ou remota) e o correspondente tratamento contábil-atuarial, em linha com as boas práticas de gestão de passivos contingentes.

12. Qualidade da Base de Dados e Limitações

Para fins de transparência metodológica, e em atendimento ao princípio da fidedignidade da informação, registram-se as seguintes limitações identificadas na base de dados analisada:

- 13 processos não possuem valor da causa registrado, o que impede sua mensuração financeira individual, embora estejam contabilizados na quantidade total de processos em andamento;
- 90 processos apresentam valor da causa fixado exatamente em R\$ 1.000,00, e R\$10,00 em R\$ 100,00 — valores compatíveis com o piso mínimo de alçada de juizados especiais ou com estimativa simbólica no

ajuizamento, não necessariamente representativos da exposição financeira real da CAAPSMML naquela demanda;

- O valor da causa não corresponde, necessariamente, ao valor da condenação ou ao desembolso financeiro efetivo, de modo que este relatório deve ser interpretado como uma avaliação da exposição judicial potencial, e não como uma provisão atuarial ou contábil de perda.

13. Conclusões

O passivo judicial em andamento da CAAPSMML totaliza 1.237 processos e R\$ 62.033.643,19 em valor de causa agregado, com concentração relevante de risco em um grupo reduzido de demandas de alto valor e crescimento expressivo do volume de novos ajuizamentos nos últimos dois exercícios.

Com base na análise realizada, recomenda-se à Comissão Executiva, reavaliar periodicamente a compatibilidade entre o passivo judicial e a política de investimentos e o plano de custeio atuarial da CAAPSMML.

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ NICACIO**
Data: 16/10/2026 11:02:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Londrina/PR, julho de 2026.

LUIZ NICACIO
Superintendente